

POLÍTICA ECONÔMICA

Zélia prevê agravamento da crise

Conflito do Golfo terá forte impacto sobre a economia brasileira e mundial, diz ministra

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, traçou ontem um cenário sombrio tanto para a economia brasileira, que será “duramente impactada”, quanto para a economia mundial, por causa da crise no Golfo Pérsico. Na sua expectativa, haverá redução no ritmo do comércio internacional, com diminuição nas cotações de produtos primários (commodities) e, em consequência, queda no superávit da balança comercial. De acordo com a ministra, a esse quadro se soma a elevação das taxas de juros internacionais, que já está ocorrendo e se reflete imediatamente no aumento da dívida externa do Brasil.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que investiga a situação financeira da Petrobrás, Zélia lamentou o agravamento da situação no Golfo Pérsico justamente no momento em que o País começa a renegociar sua dívida externa. Assinalou, a propósito da renegociação, que o apoio do Congresso será muito importante. “A batalha da dívida não se ganha lá fora, mas aqui dentro”, sublinhou, em resposta a um elogio do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) à condução das negociações com o comitê dos bancos credores.

Desde segunda-feira, informou a ministra, um grupo de trabalho formado por técnicos do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP) e da diretoria financeira da Petrobrás estuda a adoção de uma política de preços para os combustíveis “coerente e transparente para toda a sociedade”.

DIFICULDADES

Com a crise no Golfo Pérsico,



André Dusek/AE

Zélia: “A batalha da dívida não se ganha lá fora, mas aqui dentro”

disse Zélia, a definição da política de preços beneficiou mais o valor médio de realização (VMR) — percentual sobre o preço final dos combustíveis relativos aos gastos da empresa até o refinado, como transporte e encargos sociais — em prejuízo dos custos de distribuidores e revendedores. “Queremos definir o

mais breve possível uma política que seja acatada pela Petrobrás e pelo Ministério da Economia”, garantiu a ministra. Segundo técnicos do DAP, ainda não há nada concreto nos estudos realizados até agora.

Em resposta ao relator da CPI, senador José Fogaça

(PMDB-RS), Zélia admitiu ter dificuldades para levantar os dados sobre a Petrobrás. Segundo ela, o Ministério da Economia já fez várias solicitações à Petrobrás, mas sempre obteve dados incompletos para análise da real situação da empresa. Fogaça reafirmou a afirmação da ministra: “Fizemos um questionário e recebemos uma gama de informações pobres e insatisfatórias da Petrobrás”, disse.

A adaptação da Petrobrás às novas situações da economia brasileira foi defendida por Zélia. “Os reajustes de preços não devem ser feitos em função de defasagens e os ganhos devem ser criados com a redução de custos e aumento de produtividade”, argumentou, ao comentar as insistentes alegações da estatal de necessidade de 30% de aumento não comprovada.

A “visão privativista” da ministra foi criticada pelo deputado João Paulo (PT-MG). Segundo ele, os países desenvolvidos mantêm as suas estatais. Zélia respondeu ao parlamentar petista, sustentando que os dados que detém contestam essas informações. “Pelo que me consta, o Japão sofreu um grande processo de privatização e nos Estados Unidos as estatais quase não existem”, disse.

A privatização da Petrobrás, disse Zélia, pode se tornar possível na revisão da Constituição, em 1993. “O programa de privatização do governo é o que foi anunciado durante a campanha do presidente Collor, mas acho que na revisão da Constituição novas empresas possam entrar na lista de privatização”, afirmou.

O depoimento da ministra não satisfez ao senador José Fogaça, ele informou que manterá seu parecer, que condena a má vontade da Petrobrás para transmitir informações sobre sua real situação financeira. “A ministra não disse nenhuma novidade”, concluiu.